



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO N.º11/2016

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPPR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Cruz Machado, nº 58, Centro, Curitiba-PR, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. **SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade inscrita no Registro Geral sob o nº 874.531-5, inscrito(a) no CPF/MF nº 186.034.919-68, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **OI S/A**, inscrita na CNPJ/MF sob o n.º 76.535.764/0321-85 com sede na Rua Travessa Teixeira, n.º 75, na cidade de Curitiba-PR, neste ato representada legalmente pelos Senhores **BRUNO RUDOLFO ENGELHARDT**, RG n. 4151045 SSP-PE, e inscrito no CPF sob o número 896.995.054-00, e **ROBERTO RODRIGUES DO AMARAL**, RG n. MG-11832077 SSP - MG, inscrito no CPF n. 056.732.306-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam em celebrar o presente contrato, que será regido nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/07, mediante as cláusulas e condições ora transcritas.

Ainda a prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá às disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016, para os lotes 1 e 2.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VIGÊNCIA, REGIME DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, sob regime indireto, de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância, com destino a telefones fixos e móveis, a ser executada de forma contínua, originadas de linhas analógicas ou fluxo E1 e recepção de chamadas em linhas analógicas ou diretamente nos ramais (DDR), nos termos da legislação em vigor, para as diversas localidades do Estado arroladas no documento Anexo I do Edital, Lote 1, Itens 1, 2 e 3 e Lote 2, Itens 1, 2 e 3, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 19/08/2016 a 18/08/2018

1.2. O prazo de vigência fixado poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses se porventura a CONTRATANTE atingir o valor global do contrato.

1.2.1. O prazo contratual poderá ser renovado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos de 12 (doze) meses, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 103 e 104 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

1.3. Os serviços serão pagos sob o regime de empreitada, ou seja, pelo valor dos minutos de cada tipo de ligação realizada e dos serviços requeridos pela CONTRATANTE, sob os preços e o limite valorativo global indicados neste contrato.

1.4. O Gestor do contrato será indicado pelo órgão ou (unidade), cabendo ao funcionário **THIAGO DE CARVAHO PAULA** o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, nos termos do artigo 67 e parágrafos, da Lei 8666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único – Da designação de elementos credenciados e da fiscalização do contrato.

Cada uma das partes envolvidas, designará elementos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referentes à execução deste contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- I - Cada uma das partes deverá comunicar formalmente à outra, os elementos designados conforme item anterior, informando o nome completo, endereço e telefone para contato;
- II - Os elementos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências desde que não alterem o presente Contrato, em reuniões documentadas por atas e assinadas pelos elementos credenciados de ambas as partes;
- III - Todas as comunicações sobre o desenvolvimento da execução do objeto do presente Contrato serão formalizadas por escrito e dirigidas ao elemento credenciado da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência dos trabalhos.
- IV - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelos órgãos e entidades Contratantes, as quais competirá fiscalizar, controlar e avaliar a execução dos serviços, bem como a aplicação de penalidades, sob o devido processo legal caso haja descumprimento das obrigações contratadas. À SEAP, buscando manter os procedimentos de forma padronizada, caberá a gestão dos processos de contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS CUSTOS

2.1. A despesa com a execução deste contrato dar-se-á consoante os preços unitários fixados e os valores globais estimados mensalmente, de acordo com a proposta com os valores arrematados no pregão eletrônico 225/2016.

2.1.1. O valor global máximo estimado para o presente contrato perfaz **R\$ 710.210,97** (setecentos e dez mil, duzentos e dez reais e noventa e sete centavos), cujo montante reflete o valor estimado mensal multiplicado pelo número de meses previstos para o contrato, e traduz a quantidade máxima estimada de minutos, para todos os tipos de ligação, e de serviços a serem contratados no período.

2.1.2. As quantidades de minutos para cada tipo de ligação e de serviços, podem variar para mais ou menos, a depender da necessidade da CONTRATANTE, sempre observado o limite do valor global deste contrato.

2.2. É vedado o acréscimo de qualquer preço ao valor pactuado por minuto e serviço contrato.

2.3. O fato da CONTRATADA, por qualquer motivo, colocar na unidade usuária equipamento tecnicamente superior ou de maior capacidade não ensejará qualquer pagamento adicional ou modificação dos prazos previstos para atendimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento pela prestação dos serviços objeto deste contrato será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da fatura ou nota fiscal para a CONTRATANTE, desde que devidamente aprovadas e atestadas e deduzidas glosas ou notas de débitos.

3.1.1. A CONTRATANTE deverá dar preferência para pagamento das faturas através do sistema de código de barras.

3.2. Para fins de pagamento pelo CONTRATANTE, independentemente se os serviços foram prestados direta ou indiretamente pela CONTRATADA, a prestação efetiva e integral dos serviços descritos neste contrato é de responsabilidade da CONTRATADA.

3.3. A nota fiscal ou fatura deverá obrigatoriamente identificar o mês da prestação do serviço, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, sendo que o CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

3.4. No caso de ser constatado irregularidade na documentação apresentada, a CONTRATANTE devolverá a nota fiscal ou fatura à CONTRATADA para as devidas correções.

2
S
A



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

3.5. Ocorrendo a devolução da fatura, a empresa contratada terá a condição de apresentação de nova nota fiscal/fatura para pagamento da parte não incontroversa, sem prejuízo da análise da parte contestada.

3.6. Ocorrendo a suspensão do pagamento, a CONTRATADA será notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias regularize as condições da prestação do serviço ou apresente justificativa.

3.6.1. Ocorrendo a hipótese descrita no parágrafo anterior, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a solução das respectivas pendências;

3.7. Por ocasião da primeira e da última nota fiscal ou fatura emitidas sob este contrato, o faturamento deverá incidir sobre os minutos de ligação do período considerado.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, em decorrência de penalidade ou inadimplência, ou fiscal que tenha sido imposta à CONTRATADA, nos termos da legislação vigente e do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da CONTRATADA, nos termos dos critérios técnicos fixados no Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016 e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima:

- a) Garantir a qualidade das ligações fornecidas, independentemente do meio sem linha cruzada e sem queda de ligações;
- b) Fornecer informações, relatórios e arquivos com detalhes sobre as ligações;
- c) Facilitar o processo de transição e ativação dos serviços, infraestrutura e números, no caso mudança de operadora ou alterações nos serviços prestados, adequando a sua ativação às necessidades e características da infraestrutura atualmente em uso no órgão interessado, buscando minimizar qualquer impacto;
- d) Manter Plano de Contingência estabelecido de comum acordo, a ser utilizado em caso de manutenção programada e não programada na infraestrutura da CONTRATADA e no Órgão interessado;
- e) Cumprir os requisitos estabelecidos no Anexo I.III – Operação e Níveis de Serviço;
- f) Ter a capacidade técnica, quando solicitado, de ativar terminais telefônicos analógicos e fluxos E1 para DDR, junto à(s) Central(is) Telefônica(s) de cada órgão contratante, acatando acréscimos e supressões solicitadas;
- g) Que as linhas telefônicas analógicas individuais fornecidas pela CONTRATADA deverão ter capacidade de reconhecimento de discagem decádica e/ou multifrequencial;
- h) Promover a ativação ou desativação da identificação do número de origem da chamada para qualquer terminal contratado, seja analógico ou fluxo E1, a qualquer tempo quando solicitado pelo órgão contratante;
- i) Os terminais analógicos e fluxos E1 constantes no Anexo I correspondem às quantidades iniciais e poderão ser modificadas para mais ou para menos conforme a tendência do volume de ligações;
- j) Para a prestação de serviços de telefonia local, a CONTRATADA deverá fornecer e conectar Troncos bidirecionais de Entrada e Troncos de Saída;
- k) Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos bidirecionais de Entrada e Saída, e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE;
- l) A preparação para fornecimento dos serviços inclui a instalação, por parte da CONTRATADA, e às suas expensas, de sistemas, programações, configurações, bastidores, links e todos os dispositivos necessários para a prestação dos serviços;
- m) Caso não tenha capacidade técnica, quando solicitado pelo órgão contratante, a qualquer tempo, de ativar terminais telefônicos analógicos em qualquer endereço dos lotes deste edital, deverá fornecer fluxo E1, responsabilizando-se integralmente pela instalação, operação e manutenção da infraestrutura necessária, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

3

91
4
KS A



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- n) Efetuar ampliações ou supressões de capacidades que se fizerem necessárias, dentro dos prazos acordados com os órgãos contratantes, sujeitando-se às penalidades no caso de não atendimento;
- o) As linhas convencionais e os fluxos E1, devem atender a interligação com o sistema telefônico corporativo do Governo do Estado;
- p) Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA, caso esta seja diferente da empresa que presta o serviço atualmente, deverá submeter à aprovação do ÓRGÃO CONTRATANTE um plano de implementação da portabilidade;
- q) Caso ocorra modificação de operadora que atende a telefonia local do Órgão Contratante, as alterações devem contemplar as seguintes atividades, dentre outras:
- r) Implementação da Portabilidade para as linhas analógicas e digitais indicadas pelo órgão contratante;
- s) Definição dos procedimentos técnicos de testes de aceitação;
- t) Caso a empresa vencedora de um lote já esteja prestando o serviço, esta empresa deverá manter todos os recursos existentes anteriormente no local, salvo solicitação formal de alteração do órgão contratante.
- u) A implementação da portabilidade, nos casos dos lotes em que a Contratada seja uma empresa diferente daquela que presta os serviços atualmente, deverá contemplar no mínimo os seguintes testes:
- v) O tom de linha disponível para a marcação do número a ser chamado, no período de maior movimento, deverá ser liberado em no máximo três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;
- w) Para os terminais DDR, deverá ser possível receber chamadas diretamente nos ramais para todas as faixas de numeração contratadas.
- x) A CONTRATADA deverá estabelecer entendimentos técnicos para assegurar que, durante a transição, o órgão contratante não necessite aumentar a quantidade de troncos públicos de suas centrais telefônicas;
- y) Interrupções para manutenção e transição no fornecimento das ligações e serviços associados somente serão aceitas com negociação técnica prévia com o órgão contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, de forma a minimizar o impacto operacional;
- z) Os serviços contratados deverão ter, conforme sua característica, a garantia de disponibilidade conforme os critérios definidos neste contrato e seus anexos.
- a.1) Na ocorrência de defeitos que impeçam a operação normal dos serviços, o órgão CONTRATANTE fará a notificação à CONTRATADA; para tanto, a CONTRATADA deverá estabelecer um canal de comunicação para registro de reclamações sobre o objeto contratado, com funcionamento ininterrupto no período de 24 horas, 7 dias por semana e que tenha condições de fornecer número de protocolo para acompanhamento das solicitações de esclarecimento ou reclamações registradas. O acompanhamento deve utilizar o prazo calculado entre a data e hora do registro do protocolo do primeiro contato do órgão contratante com a CONTRATADA, até a percepção pelo órgão contratante do serviço realizado e operando normalmente.
- b.1) O órgão contratante considerará o serviço restabelecido mediante a percepção na qualidade no fornecimento do mesmo. Para tanto poderá solicitar testes e acompanhamentos durante o reinício da operação.
- c.1) Na ocorrência de qualquer evento que venha a impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos para correção dos problemas técnicos, uma ação de contingência deverá ser assumida, com a finalidade de minimizar o impacto do problema e garantir a funcionalidade dos serviços.
- d.1) Nos casos de intervenções programadas que venham a afetar quaisquer dos serviços prestados, deverá informar por escrito a área gestora do contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

e.1) Deverá manter contato direto com o Gestor do Contrato, bem como outros servidores indicados pela Contratante, para realizar solicitações relativas a esta contratação tais como habilitação, desabilitação, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REQUISITOS À OPERAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS

5.1. São requisitos obrigatórios, a serem cumpridos pela CONTRATADA, para a operação contínua dos serviços:

- a) Para cada terminal telefônico analógico em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 7 (sete) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;
- b) As falhas em terminais analógicos deverão ser restabelecidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- c) Para cada fluxo E1 em operação, o serviço contratado deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias do ano, com uma indisponibilidade cumulativa máxima de 4 (quatro) horas por mês, limitado a 3 falhas por mês;
- d) As falhas em fluxos E1 deverão ser restabelecidas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Durante a operação contínua dos serviços, a qualidade das chamadas deve ser garantida: nível de ruído aceitável, volume adequado, sem linha cruzada, sem atraso do áudio e sem queda de ligações;
- f) O tom de linha deverá estar disponível para a marcação do número a ser chamado em, no máximo, três segundos após o acionamento do terminal provido por acesso digital ou analógico, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos;
- g) O tempo máximo para estabelecimento da conexão das chamadas deve ser inferior a 6 (seis) segundos;
- h) Informar a ocorrência de interrupção programada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;
- i) Informar a ocorrência de interrupção não programada em até 02 (duas) posteriores à ocorrência, mediante notificação do órgão contratante;
- j) Prestar esclarecimentos sobre qualquer aspecto de faturamento, técnico ou operacional deste contrato, quando solicitado, em até 48 (quarenta e oito) horas;
- k) Ativar terminais telefônicos quando solicitado pelo órgão contratante em até 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato.
- b) Promover a fiscalização da execução dos serviços contratados.
- c) Propor ou aceitar, nos termos da Lei, alterações aos termos do contrato celebrado com a CONTRATADA, que visem o seu aprimoramento no atendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. No âmbito da sua responsabilidade, apurada mediante o devido contraditório, a CONTRATADA responde civil, penal e administrativamente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, de forma solidária, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, tanto em suas unidades próprias como na(s) da(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

O descumprimento das exigências estabelecidas no item 2, Anexo I.III, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, independente de outras previstas em lei:

I - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 7 (sete) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três) / por mês, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.1;

II - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.2;

III - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento** quando a somatória mensal das interrupções for superior a 4 (quatro) horas ou quando o número de falhas for superior a 3 (três), com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, para o requisito estabelecido no item 2.3;

IV - 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada interrupção corrigida em tempo superior a 8 (oito) horas, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.4;

V - Para cada terminal telefônico afetado, 0,5% (meio por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência detectada por 02 (dois) dias consecutivos, com limite mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os requisitos estabelecidos nos itens 2.5, 2.6 e 2.7;

VI - Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.8;

VII - Para cada terminal telefônico afetado, 2% (dois por cento) do **valor mensal do contrato realizado no mês anterior ao descumprimento**, para cada ocorrência, com limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência, para o requisito estabelecido no item 2.9;

VIII - Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, para o requisito estabelecido no item 2.10;

IX - Para cada solicitação não atendida no prazo, multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, por terminal, para o requisito estabelecido no item 2.11;

X - As penalidades poderão ser cumulativas quando for o caso;

XI - O valor da multa deverá ser aplicado como desconto na próxima nota fiscal / fatura a ser apresentada pela Contratada;

XII - As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

XIII - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

XIX - Conforme previsto no item 1.2 o prazo máximo de recuperação de falhas é de 24 horas não sendo objeto de penalidade eventos inferiores a este prazo. No caso de penalidades devido a reincidências mensais estas somente se aplicarão se maiores que 03 reincidências dentro de um mesmo mês.

XX - Como aqui todos os serviços estão sendo medidos individualmente por acesso, as penalidades quando aplicadas, também serão contabilizadas especificamente sobre o faturamento mensal dos serviços afetados. Excluem-se daqui quaisquer eventos sob responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus equipamentos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. No interesse do órgão CONTRATANTE, poderá haver a “alteração” do contrato, especificamente em relação ao aumento ou supressão do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global arrematado que se estima para todo o contrato, conforme previsão do art. 112, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.1.1. O limite de 25% (vinte e cinco por cento) referido terá por base o valor global arrematado para o contrato, conforme se dispõe à Cláusula Segunda.

9.1.2. É possível a alteração qualitativa do contrato que supere os limites legais, nos termos do art. 112, § 2º, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.2. Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do art. 112 da Lei Estadual 15.608/07.

9.3 Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, Acórdão TCU nº 1563/2004 - Plenário e artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a partir da demonstração analítica, pela contratada, dos componentes dos custos que integram o contrato.

9.3.1 O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

9.3.2 Considera-se a data do orçamento, o IST para telefonia fixa do mês anterior o da data da apresentação da proposta, ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

9.4. A CONTRATADA deverá encaminhar os pedidos por escrito, juntamente com os documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. O contrato, a ordem de serviço/compra ou documento equivalente poderão ser rescindidos (ou cancelados) pela Administração nas seguintes hipóteses:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei Federal 8.666/1993.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 128 e 129 da Lei 15.608/2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE poderá considerar resolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

a) deixar de executar o objeto do contrato, nos prazos estabelecidos, ou infringir qualquer disposição contratada;

b) tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

c) recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do serviço;

d) atrasar, injustificadamente, a prestação dos serviços;

e) promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUDITORIA

11.1. O cumprimento das obrigações avençadas neste contrato será, imediata e permanentemente, monitorado pela CONTRATANTE, à qual é reservado o direito de solicitar informações de cunho gerencial, administrativo e técnico à CONTRATADA, com o objetivo de avaliação de índices de desempenho, de satisfação e de qualidade, que deverão ser utilizados pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA para promoção da saúde dos beneficiários, através de políticas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

12.1 A garantia de execução será exigida da licitante vencedora, previamente à celebração de cada contato pela autoridade competente de cada um dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual Direta e Indireta participantes da presente licitação.

12.2 A garantia deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor correspondente a 24 (vinte e quatro) meses do contrato, e será destinada a assegurar a boa e fiel execução e o pagamento de eventuais inadimplemento das obrigações e dos encargos sociais e trabalhista da contratada.

12.3 A não apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

12.4 A garantia deverá vigorar até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver, renovação contratual, revisão de preços ou acréscimo contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 4.2 da minuta do contrato.

12.5 A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

12.5.1 A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o art. 827 do Código Civil.

12.6 A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no item 8 da minuta do contrato, após a verificação, pela CONTRATANTE, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido e não existam pendências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LACUNAS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação e da jurisprudência aplicáveis à espécie, com vistas a melhor cumprir a função social do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

14.1. A presente despesa correrá a conta da Dotação Orçamentária 0701.03.122.43.4008 – Gestão da Defensoria Pública; Fonte 100 – Tesouro Geral do Estado – Ordinário não vinculado; Rubrica: 3.3.90.39.58 – Serviços de Telecomunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

15.1. A prestação dos serviços objeto desta contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o presente contrato, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

Edital do Pregão Eletrônico n.º 225/2016 com todos os seus anexos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 19 de agosto de 2016.


DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA


O/S/A
BRUNO RUDOLFO ENGELHARDT


O/S/A
ROBERTO RODRIGUES DO AMARAL

TESTEMUNHAS


Leandro Morgado Rodrigues
C. Mercado Corporativo
ID 303249
O/S/A

Nome: Juliana B. dos Santos
CPF: 053.661.979-82

<p>2o. OFICIO DE NOTAS E PROTESTO SRTV/SUL OD. 701 BL. 01 LJ 24 TERMEQ ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF CNPJ/RF 00.618.421/0001-80 CF/DF 07.655.140/001-38</p> <p>RECONHECO e dou fe' por SEMELHANCA 3(s)</p> <p>firma(s) de: [ETQLIy93]-BRUNO RUDOLFO ENGELHARDT.... [ETQLKnt3]-ROBERTO RODRIGUES DO AMARAL..</p> <p>Em testemunho da verdade, BRASÍLIA, 22 de Agosto de 2016 selo: TJDFT2016002841945RWZY e TJDFT2016002841945RWZY Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br GOIAMO BORGES LIXEIRA - TABELIAO IRAYLO SINDOS CORREA - TAB. SUBSTITUTO RENQUES ALVES GONCALVES - ESC. NOT. AUT. IRITA LUIZES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT. HERNIA VIRGINIA F.R. ANDRADE - ESC. NOT. AUT.</p>



ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

MPF
FI 56
PTG

NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 05/08/2016 PEDIDO: 07000006000473 EMPENHO: 0700000600581-1

ORGAO : DEFENSORIA PUBLICA
UNIDADE : DEFENSORIA PUBLICA
SUB-UNIDADE : DEFENSORIA PUBLICA C.N.P.J DA UNIDADE: 13.950.733.0001-39
PROJ/ATIV. : GESTAO DA DEFENSORIA PUBLICA
CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA
ADIANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / DIFERIDO : NAO
OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . :
UTILIZACAO.. : NAO INFORMADO FORMA LICITACAO : PREGAO N.: PE225/16-SEAP
TIPO LICITACAO : 1-MENOR PREÇO
RES.SALDO .. : NAO CONVENIO : NAO
COND PAGTO.. : PRAZO ENTR:
D.D.F. : *** NAO INFORMADA
P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO NR. SID... : NAO INFORMADO

CREDOR -

TIPO CREDOR : 1 - PF, PJ, ORGAO NAO INTEGRANTE OFSS
CODIGO : 9100062-8 CGC : 76535764032185 C/C BANCO 0001 AG. 3070 CONTA 0000605172-3
NOME : OI S.A.
ENDEREÇO : TEIXEIRA DE FREITAS 75 12º ANDAR SAO FRANCISCO
CURITIBA CEP: 80410905 U.F.: PR

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO			
DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL
07 01 0000 4008 0000 3390.3958 100	242.488,38	130.778,10	111.710,28

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 130.778,10 { CENTO E TRINTA MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS ***** }

HISTORICO : DESPESA C/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA-LINHAS ANALÓGICAS_ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA SRP225 /2016_PERIODO:19/08 A 31/12/16_PI 14.181.493-1

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 05/08/2016 ORDENADOR DA DESPESA : 02025 - SERGIO R. PARIGOT SOUZA

Edione Bernardino

EDIONE BERNARDINO
CONTADORA - CRC 062462/PR
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio R. Parigot Souza
Defensor Público Geral do Estado

VALIDADE CND

Federal	___/___/___
INSS	___/___/___
FGTS	___/___/___
Estad.	___/___/___
Munic.	___/___/___
Trabalh.	___/___/___

05/08/2016 05/08/2016 301683.FDD7680R

EXTRATO DO CONTRATO 10/2016

Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPPR

Protocolo nº 14.198.216-8

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná (Contratante) e Oi S/A. (Contratada).

Objeto: Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância.

Valor global máximo estimado: R\$ 160.986,11 (cento e sessenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e onze centavos).

Vigência do contrato: 24 meses contados a partir de 19 de agosto de 2016.

Dotação Orçamentária: 0701.03.122.43.4008 – Gestão da Defensoria Pública. Rubrica: 3.390.39.58 – Serviços de Telecomunicações. Fonte 147 – Tesouro Geral do Estado por determinação legal.

Data da Assinatura: 19 de agosto de 2016.

Curitiba, 01 de setembro de 2016.

Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza

81295/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº 17/2015**

PROTÓCOLO: 14724/2015

PARTES: Ministério Público do Estado do Paraná e Prefeitura de São José dos Pinhais.

OBJETO:

I - Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica pelo período de 12 (doze) meses.

II - Acrescentar à Cláusula Segunda, inciso I as alíneas:

A cláusula segunda passa a conter o seguinte acréscimo:

b) Disponibilizar outros servidores, cujos nomes constam do Anexo I, para exercer as atividades referentes ao termo nº 017/2015, no MPPR - 3ª Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Juventude e Educação do Foro de São José dos Pinhais da Região Metropolitana de Curitiba; c) Todos os direitos da vida funcional dos servidores disponibilizados para atuar no MPPR serão preservados junto a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

Anexo I - Servidores Disponibilizados pela Prefeitura de São José dos Pinhais para atuar MPPR:

Nome	Matrícula	Cargo	Nível	C. Horária	Lotação
Vanessa Cristina Woiski Ferreira	1698	Psicóloga	70	20 horas	Secretaria Municipal de Segurança
Jandira Maria Vieira	8717	Assiste Social	89	40 horas	Secretaria Municipal de Assistência Social

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2016.

VIGÊNCIA: de 26 de agosto de 2015 a 25 de agosto de 2017.

AUTORIZAÇÃO: Ivonei Sfoggia, Procurador-Geral de Justiça

81123/2016

EXTRATO DO CONTRATO 11/2016

Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPPR

Protocolo nº 14.181.493-1

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná (Contratante) e Oi S/A. (Contratada).

Objeto: Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para a realização de chamadas locais e de longa distância.

Valor global máximo estimado: R\$ 710.210,97 (setecentos e dez mil, duzentos e dez reais e noventa e sete centavos).

Vigência do contrato: 24 meses contados a partir de 19 de agosto de 2016.

Dotação Orçamentária: 0701.03.122.43.4008 – Gestão da Defensoria Pública. Rubrica: 3.390.39.58 – Serviços de Telecomunicações. Fonte 100 – Tesouro Geral do Estado.

Data da Assinatura: 19 de agosto de 2016.

Curitiba, 01 de setembro de 2016.

Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

81296/2016

Extrato de Inexigibilidade de Licitação e Termo de Contrato

PROTÓCOLO: 15792/2016 – INEX.: 29/2016 – CONTRATO: 125/2016

CONTRATADO: Oracle do Brasil Sistemas Ltda CNPJ: 59.456.277/0001-76

OBJETO: Suporte técnico e atualização tecnológica do banco de dados Oracle, com base no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (Parecer NAJ nº 2780/2016).

DOT. ORÇ.: 0901.03091434.010 – subelemento de despesa: 3390.3908.

VALOR TOTAL: R\$ 92.412 (noventa e dois mil, quatrocentos e doze reais).

VIGÊNCIA: 14/11/2016 a 13/11/2018.

AUTORIZAÇÃO: Eliezer Gomes da Silva – Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos em exercício.

81094/2016

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPPR

Inexigibilidade nº 005/2016

Protocolo nº 14.213.891-3

PARTES: Defensoria Pública do Estado do Paraná e Associação dos Magistrados do Paraná.

OBJETO: Realização de três inscrições em curso de capacitação para "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência"

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 33, II, Lei Estadual nº 15608/2007

Data do termo: 30 de agosto de 2016.

Curitiba, 30 de agosto de 2016.

Sergio Roberto R. Parigot de Souza
Defensor Público Geral

81018/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 07/2016-MP/PGJ
HOMOLOGAÇÃO**

Adotando o Parecer nº 2.860/2016-NAJ, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício, HOMOLOGOU a licitação referente ao Convite nº 07/2016-MP/PGJ, declarando adjudicatária do lote único a licitante RAG Empreiteira de Obras Ltda com o valor total de R\$ 41.293,70. Curitiba, 01 de setembro de 2016.

81435/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 08/2016-MP/PGJ
HOMOLOGAÇÃO**

Adotando o Parecer nº 2.854/2016-NAJ, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício, HOMOLOGOU a licitação referente ao Convite nº 08/2016-MP/PGJ, declarando adjudicatária do lote único a licitante Construtora Planosul Ltda, com o valor total de R\$ 22.088,39. Curitiba, 01 de setembro de 2016.

81438/2016

**Ministério Público do Estado
do Paraná**Extrato do 2º Termo Aditivo
PROTÓCOLO: 14095/2014 – DISPENSA: 296/
CONTRATADO: Alarmas – Monitoramento Eletrônico
CNPJ: 06.115.605/0001-04

OBJETO: Prestação de serviços de apoio e monitoramento durante 24 horas, todos os dias do mês, no Instituto de Defesa do Cidadão, Rua Padre Manoel da Costa, 1177, na PJ de Matelândia/PR.

DOT. ORÇAMENT.: 0960.03091434.011 - sub-elemento de despesa: 3390.3908.

VALOR MENSAL: R\$ 128,36 (cento e vinte e oito reais e trinta e seis centavos) - VIGÊNCIA: 05/09/2016 a 04/09/2017

AUTORIZAÇÃO: Rafael Kotaka – 2ª Coordenador

DOCUMENTO CERTIFICADO**CÓDIGO LOCALIZADOR:
573322216**

Documento emitido em 02/09/2016 10:38:38.

**Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9776 | 02/09/2016 | PÁG. 22**Para verificar a autenticidade desta página, basta inserir o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br

81407/2016

**LICO DO ESTADO DO PARANÁ
ERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS
MINISTRATIVOS
RMANENTE DE LICITAÇÃO
E Nº 09/2016-MP/PGJ
OMOLOGAÇÃO**

16-NAJ, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício, HOMOLOGOU a licitação referente ao Convite nº 09/2016-MP/PGJ, declarando adjudicatária do lote único a licitante Construtora Planosul Ltda, com o valor total de R\$ 22.088,39. Curitiba, 01 de setembro de 2016.

81439/2016